



## O EQUÍVOCO, A RESSIGNIFICAÇÃO E O ÉTICO: A DISPUTA PELOS SENTIDOS DE *IMUNIDADE DE REBANHO*

### *MISUNDERSTANDING, RESIGNIFICATION AND ETHICS: THE DISPUTE OVER THE MEANINGS OF HERD IMMUNITY*

Soeli Schreiber da Silva<sup>1</sup>

Carolina de Paula Machado<sup>2</sup>

Gabriel Machiaveli<sup>3</sup>

**Resumo:** Nosso artigo analisa a disputa pelos sentidos da formação nominal *imunidade de rebanho*, expressão de grande importância na condução da política de imunização contra a Covid-19 no Brasil. Nosso objetivo foi compreender como esses sentidos em conflito sustentam a argumentação nas falas analisadas, enunciadas a partir dos lugares sociais de presidente e cientista. Para tanto, apoiados em Orlandi (2006), observamos a resignificação da expressão pelo equívoco da sua ausência na fala do presidente Bolsonaro, o que mostra a posição de superioridade em relação aos cientistas, de modo que produz-se na enunciação um efeito antiético. Realizamos um deslocamento na concepção pragmática de performatividade (AUSTIN, 1995), tratando-a a partir da análise da cena enunciativa e da argumentatividade (GUIMARÃES, 2002; 2018) para compreendermos os efeitos de sentidos da resignificação de *imunidade de rebanho* na cena enunciativa.

**Palavras-chave:** Imunidade de rebanho. Ética. Sentidos. Performatividade. Enunciação. Argumentação.

**Abstract:** Our article analyzes the dispute over the meanings of the nominal formation *herd immunity*, an expression of great importance in the leading of the immunization policy against Covid-19 in Brazil. Our objective was to understand how these conflicting meanings support the argumentation in the analyzed speeches, enunciated from the social places of president and scientist. For this, we are supported by Orlandi (2006), we observed the resignification of the expression by the misunderstanding that produces the absence of the nominal formation in the speech of President Bolsonaro. This shows the president's position of superiority in relation to the scientist's speech and an anti-ethical effect is produced in the enunciation produced by him. We carried out a shift in the pragmatic conception of performativity (AUSTIN, 1995) and treated it from the analysis of the enunciative scene and the argumentativeness (GUIMARÃES, 2002, 2018) in order to understand the meaning effects of *herd immunity* resignification in the enunciative scene.

**Keywords:** Herd immunity. Ethics. Meaning. Performativity. Enunciation. Argumentation.

## Introdução

<sup>1</sup> É professora titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É professora do programa de pós-graduação em Linguística (PPGL) na mesma Universidade. E-mail: xoila@terra.com.br.

<sup>2</sup> É professora do departamento de Letras, nível adjunto 4, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É professora do programa de pós-graduação em Linguística (PPGL) na mesma Universidade.

<sup>3</sup> É doutorando do programa de pós-graduação em Linguística da UFSCar (PPGL) e bolsista CAPES.

No discurso político<sup>4</sup>, a disputa pelo sentido é fundamental, embora esse discurso muitas vezes se dê sob o efeito de discurso com sentido único, verdadeiro, correto. No entanto, sob esse mesmo efeito, circulam diferentes interpretações, às quais, muitas vezes, têm silenciadas suas condições de produção e não visualizadas as posições ideológicas.

Esse funcionamento da linguagem, comum no discurso político, acabou por se imiscuir ao combate à disseminação do coronavírus no Brasil. Muitas palavras, termos técnicos e expressões de grande complexidade semântica, próprios dos discursos médico, sanitário, e científico passaram a circular. Em diversos momentos, no entanto, privilegiou-se o sentido mais conveniente, adequado à retórica da ocasião, como se fosse certeza<sup>5</sup> o que se está falando. Certezas que, muitas vezes confrontadas, geraram e ainda geram contradições<sup>6</sup> entre a população, principalmente durante a pandemia do novo coronavírus.

A ferramenta imperfeita que é a língua abre frestas para o que é condenável do ponto de vista ético. O equívoco entre os sentidos de *distanciamento* e *isolamento*, quando se discutia a necessidade de *lockdown*, por exemplo; entre *tratamento precoce* e *tratamento preventivo* no caso da implementação do uso do “*Kit Covid*” sem eficácia comprovada, etc.

Uma das últimas polêmicas do combate à pandemia deu-se em torno do sentido de *imunidade de rebanho*. Esse conceito circulou no início da pandemia do novo coronavírus, quando ainda não havia vacinas. Voltou a ser mencionado durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as atitudes e omissões do governo brasileiro. Mesmo após o surgimento de vacinas, continuou-se falando de imunidade de rebanho. Mas qual seria, então, o problema em se defender a imunidade de rebanho?

Notamos que o nome *imunidade de rebanho* tem mais de um sentido, produzindo, muitas vezes, conflito quando é enunciado. O que designa *imunidade de rebanho* é um problema semântico e enunciativo que tem uma grande relevância para o combate à pandemia.

São as relações de determinação no interior dos enunciados e as relações destes com o texto e com o memorável que atribuem sentidos para a formação nominal em questão.

---

<sup>4</sup> Dois modos de compreender o político perpassam nosso texto. Um deles, quando falamos do discurso político, diz respeito ao político no sentido comum, isto é, relativo à “arte ou ciência de governar”, conforme Houaiss, 2008, p. 1519.

<sup>5</sup> Na noção de certeza de Wittgenstein, há expressões linguísticas tais como “eu sei” que produzem a certeza sobre o que se está falando: “É que “eu sei” parece descrever um estado de coisas que garante como fato aquilo que é conhecido; as pessoas esquecem-se sempre da expressão “eu pensava que sabia” (WITTGENSTEIN, 1969, p. 17). Trata-se de uma ilusão do sujeito, porque dizer “eu sei” não significa que sabe. Na nossa posição teórica tratamos a certeza no agenciamento enunciativo.

<sup>6</sup> Conforme Guimarães (2002), ao descrever a noção de político, no interior da Semântica do Acontecimento, “é a contradição que instala este conflito no centro do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

A designação, de alguma maneira, constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem. (GUIMARÃES, 2018, p. 154)

Assim, diversas relações de sentido na pandemia ressignificaram *imunidade de rebanho*, produzidas no funcionamento argumentativo dos enunciados dos dizeres de políticos, autoridades, médicos, cientistas, jornalistas etc., na política de imunização contra a Covid-19.

Nosso olhar neste artigo volta-se para a diversidade de sentidos no funcionamento argumentativo e o conflito dele na enunciação do nome *imunidade de rebanho* como política de imunização, pois esse funcionamento semântico e enunciativo produz efeitos importantes sobre a aceitação desta política de vacinação pela população brasileira. A partir dos sentidos produzidos na enunciação, interessa-nos compreender a performatividade dos dizeres sobre *imunidade de rebanho* nas cenas enunciativas sobre a imunização contra o novo coronavírus.

A questão da performatividade, na qual considera-se que “dizer é fazer”, traz os problemas da responsabilidade e da ética no dizer, já que nessa visão a linguagem transforma a realidade. Pretendemos olhar para a performatividade dos dizeres a partir do quadro teórico da Semântica do Acontecimento, para a qual os sentidos são produzidos na enunciação, se dão pelo agenciamento enunciativo dos sujeitos e pelo memorável, sem o qual não há significado, ou seja, a performatividade será tratada pela ótica do sentido. Para tratar a performatividade olhamos também para a alocação, isto é, não se trata apenas de analisar a figura enunciativa de quem diz, mas também daquele para quem se diz e para o objeto sobre o qual se diz, observados na cena enunciativa, para a constituição dos sentidos e tendo como eixo a argumentação e argumentatividade.

O equívoco, conceito trazido da Análise de Discurso, será o modo de tratarmos da resistência dos sentidos que se manifesta como falha. Como nos diz Orlandi:

O equívoco nos remete ao modo de funcionamento da ideologia: o que está presente por sua ausência necessária. O equívoco é estruturante e não de conteúdo. [...] O apagamento das evidências produzido pelo dispositivo sobre o olhar leitor [...]. Segue-se que a construção desse dispositivo muda (desloca) a posição do sujeito para outra posição [...]. Essa leitura trabalha o efeito de objetividade (a construção discursiva do referente, o efeito de evidência), a espessura semântica do texto, sua materialidade, levando em conta a falta, o deslize, o equívoco, a ideologia. (ORLANDI, 2001, p. 25)

No que diz respeito à ética, o conflito entre o aluno Tísias e o professor Córax, é analisado por Guimarães:

Faz parte da história da retórica a narrativa sobre o litígio entre Córax e Tísias. Segundo este relato, Tísias se recusa a pagar Córax sob o argumento de que se Córax foi um bom professor ele (Tísias) seria capaz de apresentar argumentos que convencessem Córax a não cobrar por suas aulas. Caso contrário, ele não seria capaz disso, mas neste caso Córax não deveria ser pago por ser mau professor.

Do ponto de vista da enunciação, esta narrativa pode ser descrita como segue:

**a)** Há uma divisão social entre professor e aluno. Assim, Córax e Tísias estão em posições sociais diferentes e hierarquizadas.

**b)** A narrativa conta que Tísias produz um conflito. Para isso ele enuncia da posição da ética: coloca a questão de considerar o valor, bom ou mau, da ação do professor.

**c)** Ao falar da posição da ética, Tísias faz a diferença de posições entre ele e Córax significar.

**d)** Nesta medida Tísias pode atribuir à posição do professor a necessidade de atender ao princípio ético, desobrigando o aluno de atendê-lo (ou a um princípio correspondente).

**e)** Ao operar esta diferença, Tísias enuncia da posição de um igual a Córax. (GUIMARÃES, 2001, s.p).<sup>7</sup>

Tísias assume a posição de um igual à posição do professor, a argumentação de Tísias da posição da ética é de julgamento do professor em que o bom é apreciável e o mal é condenável. Por outro lado, pôr-se no lugar de igual é onde se inscreve o argumento do Tísias, o que mostra o funcionamento do político. Este é compreendido por Guimarães como “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam o seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Tísias julga o professor e se desobriga das responsabilidades como aluno. Para Tísias, Córax foi um mal professor. Mas ao se colocar como igual e se desobrigar do pagamento das aulas vemos uma posição antiética de Tísias. Assim, Tísias ao se colocar como igual ao professor, deixa de lado a ética, que é atravessada pelo político. Essa reflexão é fundamental no caso que vamos analisar adiante em que um outro sentido de *imunidade de rebanho* é posto em circulação, sem que seja ancorado no discurso científico.

### **1. Os sentidos do nome *imunidade de rebanho***

No modo de realizar a imunização da população durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil, observamos que, apesar de se parecer falar sobre a *imunidade de rebanho* com o mesmo sentido, pela análise da designação, há uma divisão no sentido desse nome. Realizamos uma sondagem em textos de notícias que tratavam do tema e fizemos

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_07.html#politica](https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#politica). Acesso em: 15 jan. 2022.

alguns recortes em contextos decisivos para os sentidos em que o nome *imunidade de rebanho* aparecia. Selecionamos alguns enunciados de notícias. Vejamos:

Recorte 1

**Nelson Teich, médico e ex-Ministro da Saúde (05/05/2021)**

“Essa **tese de imunidade de rebanho** em que **você adquire a imunidade através do contato, e não da vacina**, isso é um erro. A imunidade você vai ter através da vacina, não através de pessoas sendo infectadas.”<sup>8</sup>

Temos reescrituras por definição<sup>9</sup> de *imunidade de rebanho*<sup>10</sup>:

1. É a aquisição da imunidade através do contato.
2. É a aquisição da imunidade através da vacina.

Em seguida, a expressão *Através do contato* é reescrita por substituição por *através de pessoas sendo infectadas*. Observando a articulação do enunciado, vemos a conjunção *e* e a negação, com isso, outra perspectiva que é apresentada pelo Locutor que a nega. Esse tipo de imunidade de rebanho ainda é reescrita como *tese*, ou seja, algo que ainda é teórico, que não foi comprovado<sup>11</sup>.

Passaremos a analisar a cena enunciativa. Esta é compreendida como:

um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” [...]. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. (GUIMARÃES, 2002, p. 23)

Para Guimarães (2018, p. 55), “o funcionamento da língua no espaço de enunciação se apresenta como uma alocação de L para LT, como cena enunciativa”. Na cena, o acontecimento constitui essas figuras da enunciação, quais sejam: o Locutor (L) e seu correlato, o Locutário (LT). O sujeito da enunciação é sempre predicado por um lugar social

<sup>8</sup>

Disponível

em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/05/tese-de-imunidade-de-rebanho-e-erro-diz-teich-a-cpi-da-covid.htm>. Acesso em: maio 2021.

<sup>9</sup> A reescritura é um conceito analítico do quadro da Semântica do Acontecimento que possibilita observarmos o que uma palavra ou expressão significa. A reescritura é definida como “os procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim, a textualidade e o sentido das expressões se constitui pelo texto por esta reescritura infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia” (Guimarães, 2002, p. 28).

<sup>10</sup> Uma primeira versão desta análise foi apresentada no Seminário do GEL 2021 no trabalho intitulado: “A certeza, a performatividade e o agenciamento enunciativo no embate político.”

<sup>11</sup> Os esquemas descritivos da designação, denominados Domínios Semânticos de Determinação (DSD), foram feitos durante as análises, mas optamos por não inseri-los por motivo de espaço, deixando apenas o resultado final das análises das designações.

do qual enuncia. Essa figura é o alocutor-x e, na alocução, tem o seu correlato, o alocutário-x. O falante é agenciado como Enunciador, um lugar de dizer em que se representa o modo de dizer numa relação com o que se diz. “Há, neste caso, uma relação entre o lugar do eu (o lugar do dizer, o enunciador) e o domínio das designações e referências (GUIMARÃES, 2018, p. 65). O enunciador pode enunciar de modo universal, individual, genérico e coletivo. Todos como se não falassem de um lugar social, independentemente da história.

No recorte 1, observamos dois enunciadores distintos: um enunciador genérico, E2, apresentado pelo Locutor, ao qual o alocutor-médico e ex-ministro da saúde alude, que é o da imunidade adquirida através da vacina e outra, a de E1, genérico, apresentada pelo Locutor, que o alocutor-médico e ex-ministro da saúde alude ao Locutor, defendendo a imunidade pelo contato, a qual é negada na enunciação.

A fala do ex-ministro deu-se no seu depoimento na CPI da Covid em maio de 2021. Observamos que o problema da *imunidade de rebanho* é que há, pelo menos, dois sentidos: a imunização pelo contato e a imunização pela vacina. Além disso, a divisão dos sentidos do Locutor na enunciação significa que há aqueles que defendem que ela se dê pelo contato, mesmo após o surgimento da vacina, como mostra a divisão do enunciador na fala do alocutor- ex-ministro e médico que afirma que a imunização só se dá pela vacinação. Esse modo de dizer genérico mostra uma divisão dos sentidos no debate social com diferentes enunciadores apresentados pelo Locutor como não explicitados, ou seja, genéricos.

Como sabemos, pelas discussões realizadas em torno do assunto, a busca da imunidade pelo contato pode levar a muitas mortes e, além disso, os hospitais não teriam capacidade para o grande número de internações decorrentes.

O próximo recorte é uma reportagem de uma jornalista:

#### Recorte 2

**Letícia Mori, jornalista BBC News Brasil (06/05/2021)**

**O conceito de imunidade de rebanho**, na verdade, surgiu com a **vacinação**.

Os vírus causam epidemias quando são transmitidos de pessoa para pessoa. Ou seja, para conseguir se propagar, o vírus precisa achar hospedeiros suscetíveis à doença. Mas **quando uma grande parte da população está vacinada contra um vírus, o número total de pessoas suscetíveis cai tanto que ele não consegue mais encontrar hospedeiros e a circulação da doença é interrompida. É isso** que é chamado normalmente de **imunidade de rebanho**.

Quando a pandemia de coronavírus começou, no início de 2020, e não havia vacinas disponíveis, foi levantada a **hipótese** de que seria possível atingir essa **imunidade de grupo sem vacinas, a partir do momento em que um grande número de pessoas contraísse o vírus**. A teoria tinha como pressuposto que quem se contaminou uma vez ficava imune a uma segunda contaminação pois já teria anticorpos contra o vírus.<sup>12</sup>

Neste pequeno texto, analisamos *imunidade de rebanho* e observamos um deslizamento de sentido em relação ao primeiro. O nome aparece no interior da formação nominal “conceito de imunidade de rebanho”, ou seja, *imunidade de rebanho* é determinado pela palavra *conceito*, isto é, é algo que é cientificamente formalizado. A predicação “surgiu com a vacinação” determina qual é a imunidade conceitualmente formalizada na ciência: é a imunidade adquirida com a vacinação. Em seguida, temos uma reescrituração por expansão que desenvolve o *conceito* produzindo-se uma definição: *quando uma grande parte da população está vacinada contra um vírus, o número total de pessoas suscetíveis cai tanto que ele não consegue mais encontrar hospedeiros e a circulação da doença é interrompida*.

Temos um enunciador universal, fala-se sobre a imunidade de rebanho atingida com a vacinação como uma “verdade”, como algo “normal”, incontestável.

Em seguida, há outra reescrituração para *imunidade de rebanho: imunidade de grupo sem vacinas, a partir do momento em que um grande número de pessoas contraísse o vírus*.

*Imunidade de rebanho*, como *conceito*, designa a imunização que acontece com vacina. Por outro lado, *imunidade de rebanho* contraindo-se o vírus é uma *hipótese*, não um conceito. A divisão de sentidos entre o que é cientificamente formalizado e o que é apenas uma hipótese está posta. Muda-se até mesmo o modo de dizer em relação ao primeiro recorte: agora temos um enunciador universal, modo que é característico do discurso científico.

No último recorte a ter a designação analisada, o enunciado de uma alocutora-cientista é trazido por meio do discurso direto pelo alocutor-jornalista:

### Recorte 3

“A imunidade de rebanho só é relevante se tivermos uma vacina bloqueadora da transmissão. Do contrário, a única maneira de obter imunidade coletiva na população é dar a vacina a todos”, diz Shweta Bansal, bióloga matemática da Universidade de Georgetown em Washington DC. A eficácia da vacina para interromper a transmissão precisa ser “muito alta” para que a imunidade do rebanho seja importante, diz ela, e, no momento, os dados não são conclusivos.

<sup>12</sup> Mori, L. **CPI da Covid: como 'imunidade de rebanho' pode virar arma contra Bolsonaro - BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57004708>. Acesso em: maio de 2021.

Neste texto, a *imunidade de rebanho* é reescrita por repetição algumas vezes e por substituição por *imunidade coletiva*, configurando-se como um sinônimo. A expressão “vacina bloqueadora de transmissão” predica “imunidade de rebanho” atribuindo-lhe sentido. Nesse caso, *imunidade de rebanho* designa *imunidade coletiva* e o *tipo de imunidade que se alcança com vacina bloqueadora de transmissão*.

A alocutora-cientista enuncia de modo universal como uma verdade incontestável, sem haver outra possibilidade: a imunidade de rebanho ou imunidade coletiva só se dá através da vacinação.

Nos diferentes sentidos, vemos os diversos lugares sociais na enunciação. O significado trazido pela metáfora “rebanho” é o da coletividade, a imunidade é coletiva. No discurso científico, o conceito de imunidade de rebanho é deslocado para a vacinação como forma de bloquear a transmissão, enquanto o contágio pela exposição ao vírus é considerado algo não comprovado ou mesmo algo que é um erro.

## 2. Performatividade e Enunciação

Na análise da designação, vimos que pela posição científica, a imunidade de rebanho é alcançada pela vacinação. A imunidade através do contágio é considerada uma hipótese, uma “tese”, ou nem é mesmo considerada no caso do último recorte analisado.

Considerando então toda a polêmica em torno do combate à pandemia no Brasil e o fato de que muitos têm se negado a tomar a vacina, buscamos observar como o governo tem compreendido o que significa a imunidade de rebanho. Dada a influência do atual presidente sobre seus eleitores, buscamos nas falas dele o que designa a imunidade de rebanho. Fizemos uma sondagem e não encontramos nenhuma ocorrência do nome nas suas falas. Sendo assim, privilegiamos trazer um recorte em que ele fala sobre a questão da vacinação e faremos uma análise observando a questão da performatividade e da argumentação.

### 2.1 Os atos de fala

J. L. Austin<sup>13</sup>, em seu livro “Quando dizer é fazer: palavras e ação”, publicado em 1962, inicia sua reflexão colocando em questão a concepção filosófica de que uma declaração

---

<sup>13</sup> As reflexões desenvolvidas por John Langshaw Austin deram início à teoria dos atos de fala. Inserem-se na tradição da filosofia analítica britânica e fazem parte da chamada “virada linguística”. G. E. Moore, L. Wittgenstein e B. Russell dão início à escola de filosofia analítica. Austin é considerado um dos principais representantes da corrente da Filosofia da linguagem ordinária ou Escola de Oxford (SOUZA FILHO, M. D., 1990).



seria simplesmente a descrição de um estado de coisas ou mesmo de um fato e que, portanto, estaria submetida ao regime do verdadeiro ou falso.

Segundo ele, percebeu-se que, apesar de aparentarem simples declarações, muitos proferimentos não servem apenas para transmitir uma informação. Há aqueles que nada relatam, descrevem ou constataam e que não são nem verdadeiros nem falsos:

Passou-se geralmente a considerar que muitos proferimentos que parecem declarações não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos. Por exemplo, as “proposições éticas” talvez tenham propósito, no todo ou em parte, de manifestar emoção ou prescrever comportamento, ou influenciá-lo de modo especial. (AUSTIN, 1990, p. 22)

Assim, para ele, os proferimentos realizam ações, ou seja, a linguagem é ação. Nesse sentido, ela atua sobre a realidade e não é apenas sua representação. A esses proferimentos ele denomina de *proferimentos performativos*. Vale lembrar do trabalho de Austin, no seu texto *A plea for Excuses*, no modo de analisar os atos de responsabilidade e ética nos atos de fala<sup>14</sup>.

Começa então uma visão performativa da língua em que o autor busca descrever o papel de intervenção ativa da língua na realidade, opondo-se, portanto, à visão de que as sentenças tidas como declarativas seriam meras declarações ou descrições das coisas, de atos etc., em que a linguagem teria um papel passivo daquele que diz.

Vejamos algumas sentenças enumeradas por ele, as quais, quando ditas, são uma ação:

(a) “Aceito (scilicet), esta mulher como minha legítima esposa” – do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamentos. (b) “Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth” – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio. (c) “Lego a meu irmão este relógio” – tal como ocorre em um testamento. (d) “Aposto cem cruzados como vai chover amanhã.” (AUSTIN, 1990, p. 24)

E continua:

Estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo. Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso. (AUSTIN, 1990 p. 24)

---

<sup>14</sup> “Pelo procedimento que Austin estabelece, em lugar de partir de noções abstratas como oriundas de uma teoria ética ou de conceitos muito amplos como responsabilidade, ação, vontade, etc., toma como ponto de partida a análise de advérbios como ‘voluntariamente’, ‘deliberadamente’, ‘acidentalmente’, ‘inadvertidamente’, e outros congêneres, exatamente por serem, enquanto advérbios, palavras que qualificam e determinam o termo ‘ação’. E a razão de assim proceder, radica-se no fato de as condições de possibilidade de emprego desses termos revelarem as circunstâncias que permitem ao falante, usá-las para justificar, desculpar ou eximir-se da responsabilidade de seu ato” (SOUZA FILHO, M. D., 1990, p. 9). O texto *A plea for excuses* é muito interessante porque mostra como é complexo dizer se alguém cometeu um crime voluntariamente ou involuntariamente.

A linguagem é tratada, portanto, a partir de um olhar performativo em que dizer algo é fazer, mas só dizer não é suficiente. É necessário que as circunstâncias em que o ato se realiza sejam adequadas para que a fala tenha êxito.

Para que um proferimento performativo seja “feliz” (no sentido de “bem-sucedido”), Austin enumera algumas condições necessárias que se não forem atendidas, o ato será “malogrado”: atender a um procedimento convencional que seja aceito, ou seja, certas palavras que devem ser proferidas por pessoa(s) específica(s), em circunstância específica, sendo que tanto as pessoas quanto as circunstâncias devem ser adequadas. Além disso, o procedimento deve ser completamente realizado por todas as pessoas necessárias.<sup>15</sup>

Apesar de não se ter as circunstâncias apropriadas, ainda assim é possível que um proferimento ocorra. Austin nos dá o exemplo do batismo do navio, em que uma pessoa faz o batizado, mas ela não é a escolhida para fazê-lo, o que seria, segundo ele, um “terrível vexame”, além do ato não ocorrer de fato. É o que ele vai chamar de “farsa”:

Pode-se dizer que “fingir” ter batizado o navio, que meu ato foi “nulo” ou “sem efeito”, por não ser eu a pessoa indicada ou não ter a “capacidade” de realizá-lo. Por outro lado, poder-se-ia também dizer que em casos onde sequer há pretensão à capacidade ou direito a ela tampouco existem procedimentos convencionais aceitos. Tratam-se de farsas [...]. (AUSTIN, 1990, p. 37)

Essas “farsas”, isto é, o não atendimento às condições de proferimento, têm acontecido com bastante frequência no discurso político, especificamente no que diz respeito ao combate à pandemia. Dizeres sobre vacinação, remédios etc., são proferidos sem que se tenha as qualificações necessárias para proferir e concretizar os atos de fala, e sem ter o respaldo científico. Ainda que o ato não se concretize, como diz Austin, os dizeres continuam circulando, por exemplo, nas redes sociais. Para nós, esses dizeres produzem efeitos de sentidos que agenciam os alocutários.

Vejamos um dos enunciados que compõem o nosso *corpus*:

“A imunidade você vai ter através da vacina”

Como vimos anteriormente, este enunciado foi proferido pelo ex-ministro da saúde e médico Nelson Teich, durante seu depoimento à CPI da Covid, em maio de 2021. O

---

<sup>15</sup> Austin percebe, ao longo de sua reflexão, que dizer algo é fazer algo em vários sentidos. Assim, ele distingue o ato locucionário, o qual diz respeito ao “significado” do dizer na concepção fregeana que considera que o significado é formado pelo sentido e pela referência. Além deste, há os atos ilocucionários que são aqueles que possuem uma força convencional como “informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se etc.” (p. 95). E, por fim, ele trata do ato perlocucionário que “consiste em se obter certos efeitos pelo fato de se dizer algo.” (p. 103). O ato perlocucionário seria a consequência de uma ação ilocucional, não sendo ele convencional.

enunciado constativo também é performativo<sup>16</sup>. Do ponto de vista dos atos performativos, Teich é médico, o que o autorizaria a realizar tal afirmação, além do fato de a proposição ter sido proferida em uma situação apropriada.

Por outro lado, como vimos também, pela análise da designação, o sentido de *imunidade de rebanho* que se produz na enunciação do ex-ministro da saúde inscreve-se no discurso científico. Observamos que ele é agenciado ao enunciar do lugar social de médico e cientista. Vamos considerar a ideia de legitimidade do ato performativo pelo conceito de lugar social do qual se enuncia: “o falante é agenciado politicamente e assim constitui a cena enunciativa” (GUIMARÃES, 2018, p. 53), sendo assim, analisamos o modo como o falante é agenciado pela língua no acontecimento. Quando falamos, o fazemos a partir de um lugar social. N. Teich, do lugar de médico e cientista, permite que seu ato de fala seja bem-sucedido. Para a performatividade ser bem-sucedida, Austin considera as condições para o ato se concretizar. A questão é que, mesmo que as condições não sejam adequadas, o locutor diz e seu dizer produz sentidos. Nessa medida, o falante é agenciado de um lugar social de dizer. Se alguém não é professor e fala como professor, isso importa? Importa porque um professor estudou e se especializou para se constituir neste lugar social. Nesse sentido, perguntaríamos: como fica alguém que não é cientista e fala do lugar social de cientista? Como vimos, para Austin, isto se constitui como uma farsa. As Instituições e o Estado autorizam e legitimam falas.

Para nós, o que importa é o lugar social agenciado pela língua no acontecimento, pois falamos, muitas vezes, de lugares sociais independentemente das posições sociais que ocupamos, pois o lugar social é agenciado pela língua no acontecimento. O problema é que os enunciados circulam e seus sentidos agenciam falantes que se identificam com esses sentidos, sem sustentação num conhecimento válido e legitimado, o que produz efeitos perversos para a sociedade. Na pandemia, como temos visto, muitos têm se recusado a tomar vacina. Passemos agora a analisar um outro recorte de nosso *corpus*.

### **2.1.1 O lugar social de presidente e o sentido de *imunidade de rebanho***

Buscamos as falas do Presidente brasileiro sobre a vacinação e sobre imunidade de rebanho. Fomos surpreendidos por não encontrarmos a expressão “imunidade de rebanho” em suas falas. O que significa essa ausência? Essa ausência será tratada por nós como equívoco,

---

<sup>16</sup> Austin incluiu os constativos dentre os performativos. Em vários capítulos de seu livro, Austin discute essa questão. Veja o capítulo XI, por exemplo (AUSTIN, 1990).

já definido anteriormente. Buscamos então analisar a direção argumentativa das falas do presidente sobre a imunização e selecionamos um recorte para a análise. Como não há a expressão “imunidade de rebanho”, vamos analisar a cena enunciativa e a argumentação no recorte escolhido, para compreender o que significa essa ausência.

Partindo da concepção de Guimarães (2018), em que a argumentação é a sustentação de algo por um “eu” a um “tu”, sendo que esse “eu” fala de um lugar social específico e é esse agenciamento que produz a relação dos argumentos com a futuridade do texto, isto é, com as possíveis conclusões, perguntamos então o que significa a imunização no funcionamento argumentativo da fala do presidente. Que memoráveis sobre a imunização estão sustentando o dizer desse “eu” e qual é a orientação argumentativa dessas enunciações estudadas? Buscamos compreender os modos de significar, pelo equívoco, as ressignificações da formação nominal “imunidade de rebanho” nas cenas enunciativas.

#### **Recorte 4**

“Eu já me considero — eu não me considero não, eu estou — vacinado, entre aspas. Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina porque você pegou o vírus para valer. Então, quem contraiu o vírus, não se discute, esse está imunizado”, afirmou Bolsonaro na “live”, ao lado do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo na Câmara. Na mesma transmissão ao vivo pela internet, Bolsonaro repetiu que será no país e falou sobre o “estudo” que pediu ao Ministério da Saúde para desobrigar o uso de máscaras por quem tenha sido vacinado ou contaminado.

“A questão da vacina, né? Eu estou dando exemplo. Depois que a última pessoa se vacinar, eu me vacino. Tá? Enquanto isso, eu continuo tranquilo na minha. Inclusive, encomendei um estudo para o ministro Queiroga, da Saúde, para desobrigar o uso da máscara por quem porventura já tenha sido infectado ou vacinado. Quem está contra, é negacionista porque não acredita na vacina”, disse.”<sup>17</sup>

No recorte 4, há diferentes modos de o Locutor significar o que diz, produzindo efeitos na enunciação. Vejamos o enunciado:

[4 a] Eu já me considero — eu não me considero não, eu estou — vacinado, entre aspas.

O Locutor apresenta o que diz como um relato pessoal, um testemunho do experienciado. Trata-se de dizer de um modo individual representado pelo pronome pessoal “Eu”. A afirmação realizada pelo “eu”, apesar de ser um modo individual de dizer, é

---

<sup>17</sup> Fala do presidente Jair Bolsonaro em sua live semanal, retirada da notícia “Bolsonaro diz que contaminação é mais eficaz que vacina”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2021.

enunciada do lugar social de presidente. Se pensarmos em performatividade, temos uma força ilocutória, produzindo o efeito de atestação.

A retificação do verbo, em que o Locutor substitui “considerar” por “estar” vacinado, reforça sua performatividade: *estar* vacinado é algo realizado, diferente de *considerar-se* vacinado, que seria uma opinião, portanto subjetiva. A objetividade que se tenta produzir pela troca dos verbos produz como efeito uma irrefutabilidade do que se diz. O efeito de atestação, para nós, será analisado na cena enunciativa como segue.

No recorte 4b, fala do lugar de alocutor-presidente, movimentando-se do lugar do dizer de enunciador individual e apresenta o que diz de modo universal:

[4 b] **Todos** que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina porque você pegou o vírus para valer.

Deste lugar universal, garante como uma verdade que “todos” estão vacinados porque contraíram a doença. Na cena enunciativa esse enunciador diz como uma verdade, mas está falando de um lugar social de Presidente como uma autoridade suprema que não reconhece o conhecimento científico, tornando uma experiência individual como algo universal. No acontecimento enunciativo, recorta-se o memorável de dizeres que defendem a hipótese da imunização por contágio e isto se constitui como uma posição desse enunciador universal. O locutor agenciado desse lugar de Presidente ressignifica a imunização, e isto é, o político dá-se diferentemente do caso de Tísias que se colocava como igual. Neste caso, o alocutor-presidente enuncia como “mito”, portanto superior. Assim, se a pessoa se contaminar está imunizada. O alocutor-presidente fala como superior ao cientista, afirma algo que os cientistas não comprovaram, produzindo o gesto de negar a ciência. O político é atravessado pela ética, o alocutor-presidente desconsiderou o que faz bem para a população. Nessa relação que ressignifica a imunização, contrariando-a, é que temos o antiético. Em seguida, no mesmo recorte, acrescenta:

[4 c] “até de forma mais eficaz que a própria vacina”.

O al-presidente volta a falar de um lugar do dizer de enunciador individual ao dar sua opinião sobre a eficácia maior do contágio em relação à vacina para a imunização.

Por fim, chega à conclusão, passando a enunciar de modo universal, isto é, como algo que só pode ser verdade porque resulta de um raciocínio lógico, um silogismo, e, portanto, ‘indiscutível’. Por isso a conclusão em:

[4d] “Então, quem contraiu o vírus, não se discute, esse está imunizado”

Nessa conclusão, o alocutor-presidente “cientista” volta a falar do lugar de dizer de enunciador universal, que defende a imunidade por contágio.

Agenciado como Presidente, não está legitimado para falar como cientista do ponto de vista da performatividade; na cena enunciativa ressignifica *imunidade de rebanho*, representada pela resistência ao nome. A imunidade de rebanho é ressignificada por imunidade por contágio mais eficaz que a imunidade por vacinação. Salientemos que podemos analisar a enunciação do Alocutor-Presidente ao falar do ponto de vista da contaminação, como um enunciado que se atualiza no silenciamento de memoráveis sobre a vacina, tais como: a vacina não permite que as doenças se estabeleçam, elas acabam com a continuidade da doença como é o caso da poliomielite, varíola, sarampo.

Passaremos agora a analisar como a divisão do Locutor se mobiliza na argumentação e na argumentatividade sustentando-as na alocação para ver o que produzem em termos de sentido.

### 3. Argumentação e Argumentatividade

A argumentação na evidência do dizer dá-se como uma demonstração que toma a fala do Locutor, mais especificamente seu testemunho, como prova para convencer seu público na *Live*<sup>18</sup> de que “quem contrai o vírus está imunizado...” é feito um exercício retórico apresentando as duas premissas como uma garantia para o convencimento do público de que a imunização depende do contágio. Isso se dá pelo funcionamento da demonstração que o al-presidente faz.

Nesse sentido, o orador, como um Locutor que enuncia silenciando os memoráveis, como se estivesse fora da história, busca “garantir” o convencimento como decorrência dos argumentos que ele apresenta na forma de prova. Neste ponto de vista, a argumentação é um modo de convencer ou persuadir alguém.

---

<sup>18</sup> O presidente tem o hábito de fazer *lives* extra-oficiais.

O que buscamos analisar é que a argumentação não é uma relação do dizer como demonstração ou como prova sobre algo, antes de tudo. Para nós, segundo Guimarães (2018), a argumentação é:

a sustentação que um “eu” faz a um “tu” relativamente a algo que fala. O que estamos dizendo é que no acontecimento de enunciação, nas relações entre o lugar que enuncia e o lugar para o qual se enuncia [...] sustenta algo do que se enuncia pela apresentação de seu lugar de enunciação como o que relaciona um argumento a uma conclusão. (GUIMARÃES, 2018, p. 97)

O autor ainda nos diz que a “argumentação é uma relação de linguagem, uma relação enunciativa.” Para tratar da argumentação deste modo, já descrevemos a cena enunciativa onde temos o Locutor sendo agenciado pelos lugares sociais e por modos de dizer específicos como se estivesse fora da história.

E mais: “A argumentação é um processo que se constitui no acontecimento de enunciação e especificamente na relação de alocação pela apresentação que o alocutor-x faz do enunciador, lugar da significação do argumento” (GUIMARÃES, 2018, p. 109). O importante na argumentação no Recorte 4 é o lugar social do dizer. O alocutor- presidente apresenta o Enunciador individual “Eu já me considero...”, que alude o Enunciador universal “Então quem contraiu o vírus...”. A conclusão de que *quem se contaminou está imunizado* é sustentada pelo lugar social de presidente. Há uma movimentação nesse lugar social com a mobilização de posições contrárias à vacinação. A ressignificação da imunização como *imunização por contágio* dá-se na relação de argumentação na dinâmica da cena enunciativa. A conclusão é apresentada pelo lugar social do dizer e sustentada de um lado pelo Enunciador Individual e de outro pelo Enunciador Universal, lugares da significação do argumento.

Na alocação, temos o Locutor agenciado como alocutor-presidente que fala em sua “live”, um canal não oficial, para os alocutários. O locutor Presidente Bolsonaro não escolhe livremente, ele escolhe por estar agenciado nesse lugar e fala da posição antivacina. A sustentação da argumentação se constrói pelo modo como o eu se apresenta ao *tu* na linguagem. Daí o lugar projetado é o lugar social do alocutário enquanto apoiador do Presidente Bolsonaro, também agenciado na alocação, um lugar projetado para não tomar a vacina.

Retomemos o recorte:

4b) Todos que contraíram o vírus estão vacinados até de forma mais eficaz que a própria vacina porque você pegou o vírus pra valer.

O alocutor-presidente ao aludir o Locutor que se apresenta como enunciador universal sustenta na argumentação a vacinação como sinônimo de contágio. Recorta-se como memorável, do lugar social de presidente, contrário à vacinação, ser a vacina o único medicamento comprovadamente eficaz contra a doença contrapondo-se a isto, e afirmando que o contágio é mais eficaz do que a imunização com a vacina. Vejamos os esquemas da argumentação:

L-----LT

E. Individual - Eu já me considero — eu não me considero não, eu estou —  
vacinado, entre aspas. Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma  
mais eficaz que a própria vacina porque você pegou o vírus para valer.



E. Universal – Então, quem contraiu o vírus, não se discute, esse  
está imunizado<sup>19</sup>

Al-Presidente-----AT-Apoiadores

As articulações são “relações que significam uma diretividade do dizer que se apresenta pelo funcionamento da língua na enunciação. A esta diretividade chamamos de direção de argumentatividade” (GUIMARÃES, 2018, p. 109).

Temos um modo de articulação por argumentatividade que é a que se apresenta no recorte analisado. Uma relação do tipo *X por isso Y* Guimarães chama de argumentatividade diretiva. “O alocutor [...] é o lugar que sustenta a argumentação (argumentatividade funciona integrada à argumentação)” (GUIMARÃES, 2018, p. 117). O lugar de argumentação, que sustenta o todo da argumentação, alude o L que apresenta a argumentatividade.

<sup>19</sup> A seta mais fina representa a alusão, enquanto a mais grossa representa a apresentação.

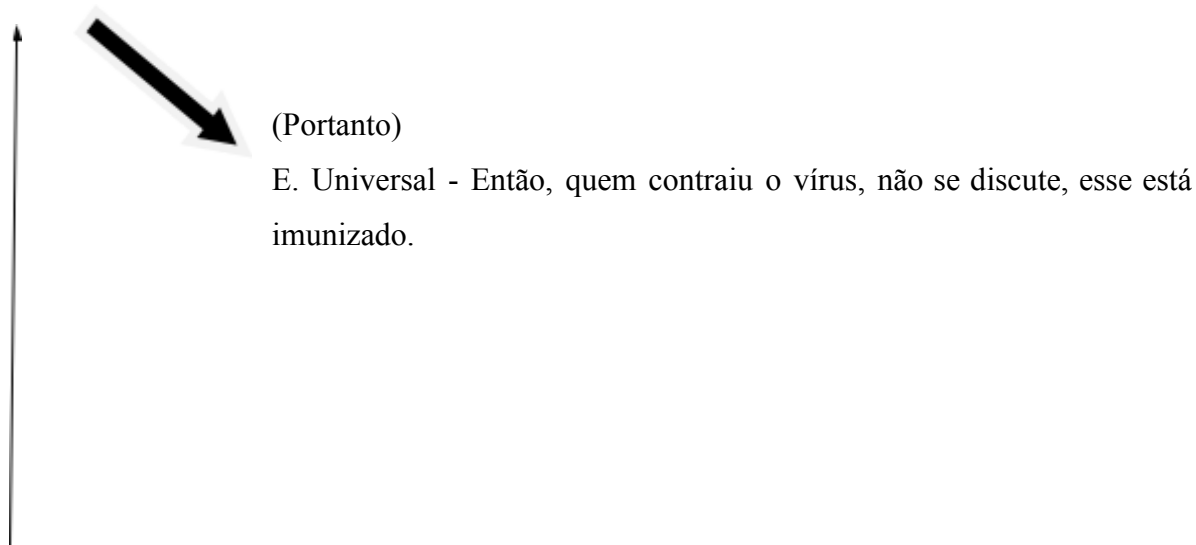


Em nosso caso, o alocutor-presidente alude ao Locutor que apresenta um enunciador Universal “Todos que contraíram o vírus estão imunizados”, enunciador este que, por sua vez, o Locutor apresenta como defensor da imunização por contágio.

A relação Locutor que apresenta o enunciador produz a diretiva “Então quem contraiu o vírus não se discute, está imunizado”. Com isto, podemos dizer que há relação de argumentatividade.

Vejamos como fica o esquema:

L ----- LT-Apoiadores



AL-Presidente -Posição-sujeito defensor do contágio -----AT-Apoiadores

Desse lugar social de Presidente, alude o Locutor a apresentar o enunciador individual “Eu já me considero...”. Trata-se de uma alusão porque há um jogo argumentativo com o uso de “então”, que pode ser parafraseado por “portanto” (GUIMARÃES, 2018). Quando há uma mobilização da argumentação pela língua, o Locutor apresenta os enunciadores.

Nesse sentido, esta conclusão pode ser parafraseada com os enunciados que seguem:

[4 d’] “Contamine-se, então você estará imunizado”

[4 e’] “Você estará imunizado contaminando-se”

No agenciamento enunciativo, podemos considerar que há um processo de ressignificação do efeito da vacina, na medida em que temos uma argumentatividade diretiva

para “contamine-se, então você estará imunizado”; ou “você estará imunizado contaminando-se”.

### **Considerações Finais**

Com efeito, o que se espera de quem fala do lugar social de Presidente é que desse lugar é preciso avaliar o que é bom para a população se proteger da doença do ponto de vista científico. Na análise que realizamos, observamos que o funcionamento do político se dá pelo agenciamento do alocutor-presidente como superior, como “mito” em relação aos alocutores-cientistas. O seu modo de sustentar esse dizer dá-se em uma experiência individual; essa superioridade é atravessada pela ética, uma vez que o que propõe é condenável do ponto de vista científico. Pela análise da reescrituração, observamos que a imunização é designada pela vacinação no discurso científico, descartando-se a imunização pela contaminação no modo de designar. Do ponto de vista da performatividade, independentemente da ética, o Presidente Bolsonaro não é legitimado para falar sobre imunização, seria um dizer que se constitui numa farsa.

O Presidente Bolsonaro não tem conhecimento científico para falar do lugar social da ciência, o que não o impede de falar e produzir sentidos. Enunciar do lugar social superior a um cientista é político<sup>20</sup> e essa superioridade atravessa a ética.

A questão é que a circulação do dizer como superior ao lugar da ciência, como no recorte 4, produz sentidos como vimos tais como: a contaminação é mais eficaz que a vacinação.

A argumentação na evidência é apresentada do lugar do dizer universal, e, pelo lugar do dizer individual, pela experiência, produz a ressignificação de *imunidade de rebanho* por *imunidade por contaminação*.

Nesse modo de mobilizar a argumentação, o Locutor é aludido pelo alocutor-Presidente que apresenta dois enunciadores e por esse movimento constitui o argumento contrário à posição da ciência, mantendo a superioridade em relação aos cientistas e ressignificando a imunização por contaminação. A argumentatividade na diretiva argumenta para “Contamine-se”.

Esse lugar social de Presidente como um lugar superior de “mito” nega o conhecimento específico da ciência, que se dá através de muita pesquisa, muito trabalho em

---

<sup>20</sup> No sentido que Guimarães (2002; 2018) define político.

laboratório. E este é o motivo para termos um conflito entre o que a ciência diz e o que outro cidadão diz.

A ausência da formação nominal *imunidade de rebanho* a ressignifica por *imunidade por contágio* pelo equívoco da falta o que nos permite observar a posição negacionista. O sentido no funcionamento da linguagem, para nós, portanto, não é retórico, e nem está na evidência do dizer. O efeito da retórica posto como certeza é antiético.

A nosso ver, a questão ética é, portanto, não expor a população a um vírus, uma vez que muitos podem morrer, e isto coincide com o que enunciações da ciência apresentam sobre um dos significados de *imunidade de rebanho*. E nesse sentido, diante da ausência do nome *imunidade de rebanho* que ocorre nas falas que analisamos, observamos que o equívoco possibilita compreendermos, pela análise da argumentação e da argumentatividade, que o que se produz como sentido é “Contamine-se, então você estará imunizado”; “Você estará imunizado contaminando-se”.

Trazendo a performatividade para o quadro teórico da Semântica do Acontecimento, a compreendemos como a futuridade de sentidos que se projeta no acontecimento para o agenciamento dos alocutários. Com isso, observamos que o sentido que se projeta como futuridade no acontecimento para os alocutários pode ser o sentido de *não tomar vacina*.

No memorável sobre a vacina, sabemos que ela já protegeu muitas pessoas e erradicou doenças. Mas os sentidos que constituem a futuridade no acontecimento abrem brechas para movimentos antivacina e, por isso, pela ressignificação, em que ocorre uma afronta a ética, muitas pessoas morrem.

## Referências

- AUSTIN, Jonh L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites dos sentidos*. Campinas: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. Políticas de Língua na América Latina. *Relatos*, n. 7, 2001, s.p. Disponível em: [https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_07.html#politica](https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#politica). Acesso em: 15 jan. 2022.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (org.). *A Palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007, p. 77-96.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- ORLANDI, E. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PAVEAU, M. A. *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SCHREIBER DA SILVA, Soeli M.; PAULA MACHADO, Carolina de. *Os Sentidos da Escravidão e outros temas: análises em Semântica do Acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

SCHREIBER DA SILVA, Soeli. M.; MACHADO, Carolina de. Agenciamento enunciativo, redes enunciativas: o cinismo na mobilidade dos sentidos da palavra “negra”. *Revista Conexão Letras, [S. l.]*, v. 16, n. 25, 2021. DOI: 10.22456/2594-8962.116830. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/116830>. Acesso em: 13 set. 2022.

WITTGENSTEIN, L. *Conferência sobre a Ética*. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Artigos/conferencia\\_etica.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/conferencia_etica.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.

WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1969.

**Recebido em:** 25/03/2022; **Aceito em:** 30/08/2022.